

■ POLÍTICA

Saúde

Fernando Henrique incumbe Elcio Álvares de reverter as resistências ao imposto Governo se mobiliza pela CMF

Antes de viajar para a Argentina, o presidente Fernando Henrique Cardoso pediu que o líder do governo no Senado, Elcio Álvares (PFL-ES), se mobilize para reverter as resistências à criação da Contribuição sobre Movimentação Financeira (CMF), que será votada na quarta-feira pelo Senado.

Fernando Henrique deverá se reunir na quarta-feira de manhã, antes da votação, com os líderes dos partidos. Sua principal missão será convencer o líder do PMDB, Jader Barbalho, que é contra a proposta. "Antes, o presidente tinha apenas simpatia pela proposta. Agora, ele disse que é importante aprová-la. O governo assumiu a paternidade da proposta", disse Álvares.



Elcio Álvares

Na avaliação das lideranças, a tendência do Senado é aprovar a criação da CMF, defendida pelo ministro da Saúde, Adib Jatene, e deixar para a Câmara a responsabilidade de derrubar ou não a proposta. Os recursos obtidos

com a cobrança do novo imposto serão aplicados na Saúde e devem somar R\$ 6 bilhões em um ano.

Um dos argumentos para explicar a mudança de posição do governo foi a destinação na proposta de Orçamento para 1996 de recursos que deverão ser arrecadados com a CMF para obras e hospitais. "O Senado deverá aprovar a proposta e deixará a decisão final para a Câmara", afirmou o senador José Eduardo Dutra (PT-SE), com a concordância do senador Josaphat Marinho (PFL-BA).

Pela proposta, a CMF seria criada por um prazo máximo de dois anos e teria uma alíquota máxima de 0,25%. Na prática, é a volta do IPMF, mas desta

vez os recursos serão investidos apenas na Saúde. A emenda prevê que a arrecadação da cobrança do novo imposto será integralmente depositada no Fundo Nacional de Saúde e permite que o governo diminua a alíquota de 0,25% se achar necessário.

Mas o recente empenho do governo para aprovar a CMF pode esbarrar na resistência de senadores como os líderes do PMDB, Jader Barbalho (PA), e do próprio PSDB, Sérgio Machado (CE). Como se trata de emenda constitucional, são necessários pelo menos 49 votos (3/5 do total) para aprovar a ideia. Barbalho afirma que o governo poderia obter recursos para a Saúde se acabasse com as fraudes. Ele convo-

cou a bancada do PMDB para uma reunião antes da votação. Machado acredita que o governo deve fiscalizar primeiro como são gastos os atuais recursos da área da Saúde. Também resiste à proposta o senador Pedro Piva (PSDB-SP), que tem um projeto de aumento do imposto sobre fumo e bebidas para financiar a Saúde.

Já o relator da emenda que cria a CMF, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), disse que a sua aprovação é vital para a Saúde. Os senadores estão recebendo correspondências de hospitais e de religiosos para a aprovação do novo imposto. Em contrapartida, os bancos e empresários fazem lobby para a rejeição da CMF.